DECRETO Nº 4.632, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Cria o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19 e estabelece medidas para fins de prevenção no âmbito do Município da Estância Turística de Ibitinga.

A SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO que, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII, o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional e que, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia;

CONSIDERANDO a promulgação da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que de acordo com o Protocolo de Tratamento do novo coronavírus (COVID-19) do Ministério da Saúde, a transmissibilidade dos pacientes infectados é, em média, de 07 a 14 dias após o início dos sintomas, mas que dados preliminares sugerem que a transmissão possa ocorrer mesmo sem o aparecimento de sinais e sintomas, estabelecendo como implementação de precauções para prevenir e evitar a exposição ao vírus, dentre outras: higiene frequente das mãos com água e sabão ou preparação alcoólica; evitar contato próximo com pessoas doentes; ficar em casa e evitar contato com pessoas quando estiver doente;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos Municípios do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no

âmbito do Município da Estância Turística de Ibitinga, visando à preservação da saúde pública, e, ao mesmo tempo, manter a prestação dos serviços da administração, de modo a causar o mínimo impacto aos munícipes;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19, com o objetivo de estabelecer e divulgar ações de prevenção à transmissão do vírus, composto por representantes dos seguintes órgãos:

- I – Gabinete da Prefeita;
- II – Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS;
- III – Secretaria de Educação;
- IV – Secretaria de Desenvolvimento Social;
- V – Secretaria de Cultura;
- VI – Secretaria de Turismo, Comércio e Indústria;
- VII – Secretaria de Esporte e Lazer;
- VIII – Secretaria de Administração;
- IX – Secretaria de Planejamento e Coordenação;
- X – Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- XI – Secretaria de Finanças;
- XII – Secretaria de Comunicação;
- XIII – Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Tecnologia.

Parágrafo único. O Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19, se reunirá diariamente, se necessário, para avaliar as ações para enfrentamento e contingência para a doença, podendo rever os atos a qualquer tempo.

Art. 4º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública são adotadas, de imediato, sem prejuízo de outras que vierem a ser propostas pelo Município, as seguintes medidas:

I – Suspensão de todas as viagens dos agentes políticos e servidores municipais a serviço da Prefeitura de Ibitinga, de suas Autarquias e Fundação, salvo se por motivo de imperiosa necessidade e urgência, devidamente justificada e autorizada pela Chefe do Poder Executivo.

II – Todo servidor municipal deve comunicar à sua chefia imediata qualquer viagem turística para os locais de risco, definidos pelo Ministério da Saúde, Secretaria do Estado da Saúde ou Organização Mundial da Saúde, e, quando do retorno, comunicar à Secretaria de Recursos Humanos e Relações do Trabalho.

III – Suspensão das atividades do Centro Dia do Idoso.

IV – Suspensão do atendimento e atividades presenciais do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.

V – Suspensão gradativa das atividades e eventos culturais da Secretaria Municipal de Cultura, inclusive o atendimento ao público da Biblioteca Municipal e do Museu “Duílio Galli”.

VI – Suspensão gradativa das atividades e eventos esportivos da Secretaria de Esportes e Lazer.

VII – Suspensão de autorizações e emissão de alvarás, para realização de eventos públicos ou privados, de grande aglomeração de pessoas, bem como o cancelamento daqueles já emitidos até a presente data.

VIII – Suspensão de eventos realizados pela Prefeitura Municipal, Administração Direta e Indireta.

IX – Suspensão da realização das apresentações da encenação da Via Sacra Ao Vivo, apoiada pelo Município.

X – Suspensão das atividades da rede municipal de ensino da Estância Turística de Ibitinga, inclusive das Creches, estabelecendo-se, no período de 17 a 23 de março de 2020, a adoção gradual dessa medida.

XI – Suspensão do transporte escolar urbano e rural, estabelecendo-se, no período de 17 a 23 de março de 2020, a adoção gradual dessa medida.

XII – Suspensão do transporte universitário.

XIII - Suspensão da concessão de férias aos servidores que atuam na área da Saúde.

§ 1º O cumprimento do disposto no inciso XIII deste artigo não prejudica nem supre o deferimento de licença por motivo de saúde, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º As suspensões de que tratam este artigo se darão inicialmente por até 30 (trinta) dias, podendo ser revistos a qualquer tempo.

Art. 5º Orientar sobre a restrição ao acesso às dependências dos órgãos públicos pertencentes à Administração Direta e Indireta Municipal ou geridos pela mesma, à comprovação de efetiva necessidade de atendimento direto no órgão.

Art. 6º Recomenda-se aos setores da iniciativa privada que apliquem as medidas adotadas pelo Poder Público Municipal através do presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração da P.
M., em 16 de março de 2020.

ALINE COSTA VIZOTTO
Coordenadora de Expediente,
Protocolo e Arquivo